

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	21
-------------------------	----

## **PARTE I** **INTRODUÇÃO AOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS**

<b>Capítulo I – PRINCÍPIOS COMO NORMAS JURÍDICAS</b> .....	27
1.1 Do Conceito de Princípio Jurídico .....	28
1.2 Da Natureza Jurídica dos Princípios .....	30
1.3 Dos Princípios como Núcleo da Ordem Jurídica .....	36
1.4 Da Classificação.....	39
<b>Capítulo II – DA IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS</b> .....	41
2.1 Dos Critérios de Identificação Principiológica .....	41
2.1.1 Dos critérios de Ronald Dworkin.....	43
2.1.2 Dos critérios de Robert Alexy.....	44
2.1.3 Identificação principiológica: conclusões .....	47
2.2 Dos Princípios Implícitos.....	48
<b>Capítulo III – DA APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS</b> .....	53
3.1 Das Funções Principiológicas .....	53
3.2 Da Normatividade Concreta.....	56

## **PARTE II** **TEORIA PRINCIPIOLÓGICA DA INSIGNIFICÂNCIA** **EM MATÉRIA CRIMINAL**

<b>Capítulo I – DAS BASES CONSTITUCIONAIS DO DIREITO PENAL</b> .....	63
1.1 Direito Penal e Constituição .....	64
1.2 Das Relações entre Direito Penal e Constituição .....	71
1.3 Das Normas Penais Constitucionais.....	74
1.3.1 Da classificação quanto às consequências proposta por Nuvolone.....	74
1.3.2 Da classificação quanto à matéria proposta por Palazzo.....	75

1.3.3 Da classificação quanto ao conteúdo e destinatário proposta por Mauricio Ribeiro Lopes .....	78
1.4 Dos Princípios Penais Constitucionais .....	79
<b>Capítulo II – DA INSIGNIFICÂNCIA COMO PRINCÍPIO JURÍDICO DO DIREITO PENAL .....</b>	<b>83</b>
2.1 Da Concepção Material da Tipicidade Penal .....	84
2.2 Da Precisão Terminológica .....	88
2.3 Da Origem Histórica .....	93
2.4 Do Conceito de Princípio da Insignificância .....	99
2.5 Da Natureza Principiológica da Insignificância .....	102
2.5.1 Da insignificância como princípio jurídico .....	102
2.5.2 Do reconhecimento constitucional do Princípio da Insignificância .....	107
2.6 Do Conteúdo Jurídico .....	113
2.7 Princípio da Insignificância e a Lei 9.099/95 (Juizados Especiais Criminais) .....	119
<b>Capítulo III – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA .....</b>	<b>125</b>
3.1 Princípio da Igualdade .....	126
3.2 Princípio da Liberdade .....	128
3.3 Princípio da Fragmentariedade .....	130
3.4 Princípio da Proporcionalidade .....	134
<b>Capítulo IV – DA CONCRETIZAÇÃO NORMATIVA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA .....</b>	<b>137</b>
4.1 Da Concretização Legislativa .....	138
4.2 Da Concretização Judicial .....	144
4.3 Da Concretização Administrativa .....	149
<b>Capítulo V – CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO E NATUREZA JURÍDICO-PENAL DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA ...</b>	<b>153</b>
5.1 Dos Critérios de Reconhecimento da Conduta Penalmente Insignificante .....	153
5.2 Da Classificação da Conduta Insignificante .....	160
5.3 Da Natureza Jurídico-penal .....	163
5.3.1 Excludente de tipicidade .....	163
5.3.2 Excludente de antijuridicidade .....	166
5.3.3 Excludente de culpabilidade .....	168
5.3.4 Nossa posição .....	169

<b>CONCLUSÕES</b> .....	173
<b>Parte I</b>	
Capítulo I – Princípios como normas jurídicas.....	173
Capítulo II – Da identificação dos princípios jurídicos .....	174
Capítulo III – Da aplicação dos princípios jurídicos.....	175
<b>Parte II</b>	
Capítulo I – Das bases constitucionais do Direito Penal .....	176
Capítulo II – Da teoria da insignificância como princípio jurídico do Direito Penal....	176
Capítulo III – Dos fundamentos jurídicos do princípio da insignificância .....	180
Capítulo IV – Da concretização normativa do princípio da insignificância .....	180
Capítulo V – Critérios de reconhecimento e natureza jurídico-penal .....	181
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	183
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO</b> .....	188